



IPIMAR

Divulgação

PESCADA, LAGOSTIM, CARAPAU E SARDINHA DA COSTA CONTINENTAL PORTUGUESA: SITUAÇÃO E PROPOSTAS DE GESTÃO PARA 2005

Olga Moura e Fátima Cardador

A área em que situa a costa continental portuguesa está incluída no âmbito da Comissão de Pescarias do Atlântico Nordeste (Northeast Atlantic Fisheries Commission – NEAFC). Da estrutura da NEAFC não faz parte nenhuma sub-comissão científica, uma vez que, à data da sua formação, já existia um organismo científico, o Conselho Internacional para a Exploração do Mar - ICES, constituído em 1902, para o estudo desta área, que passou também a prestar aconselhamento à NEAFC.

Por seu lado, a UE criou, no âmbito das pescas, um comité consultivo designado por Comité Científico Técnico e Económico para a Gestão das Pescarias (STECF) que, para além do seu próprio trabalho, recorre ao aconselhamento do Comité para a Gestão das Pescarias do ICES. O STECF reúne-se em Novembro de cada ano e propõe medidas de gestão para o ano seguinte.

Portugal pertence ao ICES desde 1934 e, actualmente, o IPIMAR participa em vários grupos de trabalho deste organismo, nomeadamente naqueles que realizam o estudo e a avaliação dos recursos que interessam ao nosso país.

Para a avaliação do estado dos recursos são necessários dados de desembarques e de esforço de pesca das frotas comerciais os quais são recolhidos junto da Direcção Geral das Pescas e Aquicultura. Para além destes dados, é ainda necessário conhecer a estrutura, por idades, dos desembarques que é obtida através do Plano Nacional de Amostragem Biológica nos portos mais importantes. O IPIMAR realiza ainda campanhas de investigação ao longo

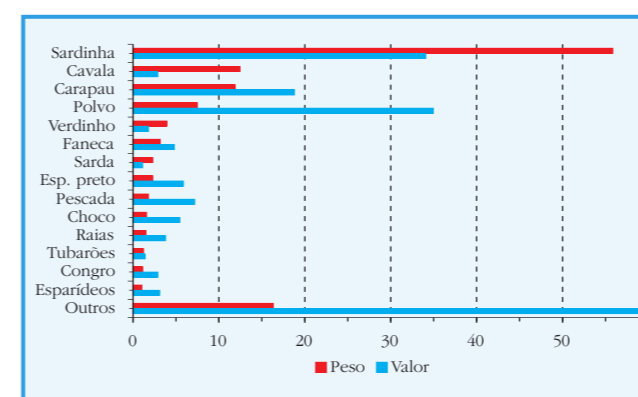


Figura 1 - Desembarques em peso (mil toneladas) e valor (milhões de euros) na costa continental portuguesa em 2004.

da costa continental portuguesa de modo a obter índices de abundância para várias espécies e outra informação relacionada com a fase não explorada dos recursos, com particular destaque para o recrutamento. Realizaram-se em 2004 duas campanhas dirigidas aos recursos demersais, uma dirigida aos crustáceos, duas dirigidas à sardinha e ainda uma campanha de ovos e larvas de carapau e sarda.

Em 2004, os desembarques anuais de pescado provenientes das águas continentais portuguesas foram cerca de 124 mil toneladas, o que traduz um decréscimo de 10 % relativamente ao ano anterior. As espécies mais importantes nos desembarques foram, em peso, sardinha (45 %), cavala e carapau (10 % cada) e polvo (6 %) e, em valor, polvo (18 %), sardinha (17 %), carapau (10 %) e pescada (4 %). (Fig. 1).

O conjunto das medidas de gestão para quatro dos principais recursos da costa continental portuguesa, dois deles com propostas de planos de recuperação, são apresentados de forma sucinta.

PESCADA (*Merluccius merluccius*)

Para efeitos de avaliação, considera-se um único stock¹ de pescada desde a fronteira franco-espanhola até ao golfo de Cádiz, designado por stock sul (Divisões VIIIc e IXa do ICES – Fig. 2).

Este stock é explorado pelas frotas portuguesa e espanhola de arrasto e artesanal. Apesar da percentagem de pescada nos desembarques dos arrastões espanhóis ser pequena, representa 55 % dos desembarques espanhóis de pescada. A frota portuguesa captura pescada juntamente com outras espécies: carapau, tamboril, areeiro, cavala, sarda, verdinho, camarão e lagostim. Em 2003, a pescada representou 5 % do total da pesca portuguesa de arrasto e 2 % da pesca artesanal.

Considerando o período entre 1982 e 2003, os desembarques totais provenientes deste stock variaram entre um máximo de 22 mil toneladas, atingido em 1983, e um mínimo de 5,6 mil toneladas, em 2003 (Fig. 3). Os desembarques portugueses constituíram cerca de 40 % deste total e apresentaram uma evolução semelhante.

Utilizam-se como indicadores do estado de um recurso o recrutamento², a biomassa desovante³ e a mortalidade por pesca⁴.

A avaliação do estado deste stock, feita em 2004, forneceu indicadores semelhantes aos obtidos em anos anteriores.

O ICES recomendou que a mortalidade por pesca se mantivesse ao nível de 2002-2003, correspondendo a uma captura inferior a 106 mil toneladas em 2005.

O STECF concordou com a proposta anterior e sublinhou que, apesar das sucessivas propostas de TAC para o stock Ibero-Atlântico de sardinha apresentadas pelos investigadores, estas nunca foram oficializadas pela UE.

AGRADECIMENTOS

Esta informação reflecte o trabalho desenvolvido por várias equipas do Departamento de Recursos Marinhos do IPIMAR.

PARA SABER MAIS...

ICES.2004. Report of the ICES Advisory Committee on Fishery Management and Advisory Committee on Ecosystems 2004. ICES Advice. Vol.1 Number 2 1544 p.

www.ices.dk/products/icesadvice.asp

¹ Conjunto de indivíduos da mesma espécie com características biológicas homogéneas, reduzida mistura com outros grupos de indivíduos da mesma espécie e capacidade de autorenovação.

² Número de indivíduos que todos os anos passam a estar disponíveis à pesca, normalmente por terem crescido o suficiente para serem capturados pelas artes de pesca usadas pela frota.

³ Peso total dos indivíduos reprodutores.

⁴ Proporção de indivíduos mortos pela actividade da pesca.

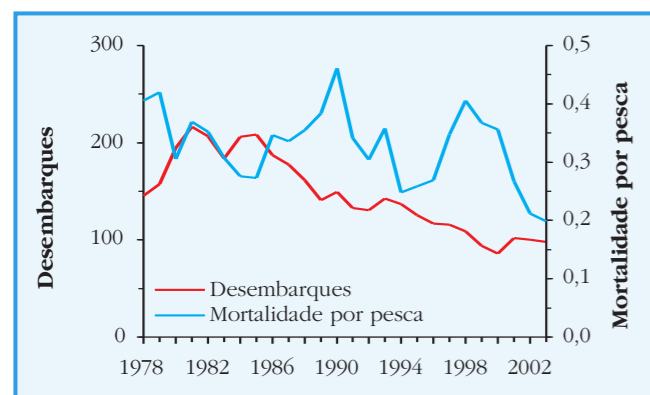


Figura 8 - Desembarques (mil t) e mortalidade por pesca do stock Ibero-Atlântico de sardinha.

Desde 1981 que os desembarques têm diminuído (Fig. 8) e a mortalidade por pesca, entre 1978 e 2003, tem variado entre 0,20 e 0,46 (Fig. 8). As estimativas do recrutamento e da biomassa desovante estão representadas na figura 9. Em 2003 esta atingiu o valor mais elevado de 668 mil toneladas, devido à forte classe anual de 2000. No entanto, a abundância de sardinha em algumas áreas continua a ser baixa quando comparada com os valores atingidos em meados da década de 80.

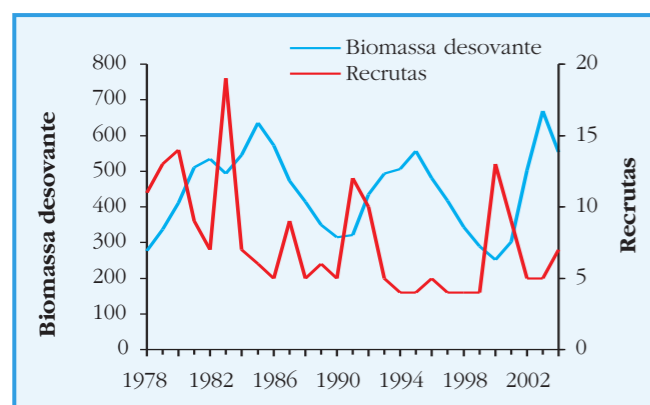


Figura 9 - Biomassa desovante (mil t) e número de recrutas (milhões) do stock Ibero-Atlântico de sardinha.



FICHA TÉCNICA

Edição e Propriedade:

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas - IPIMAR

Av. de Brasília, 1449-006 LISBOA

Telefone: 213 027 000 - Fax: 213 015 948

Linha Azul: 213 015 899

Internet: <http://ipimar-iniap.ipimar.pt>

Corpo Editorial: Irineu Batista (Coordenador),
Carlos Costa Monteiro, Manuel Sobral, Manuela Falcão,
Maria Hortense Afonso, Olga Moura
e Teresa Gama Pereira

Coordenadores de Edição: Anabela Farinha e Luís Catalan

Impressão: Cromotipo, Lda.

Depósito Legal: 105529/96

ISSN: 0873-5506

Tiragem 1000 Exemplares

Distribuição Gratuita

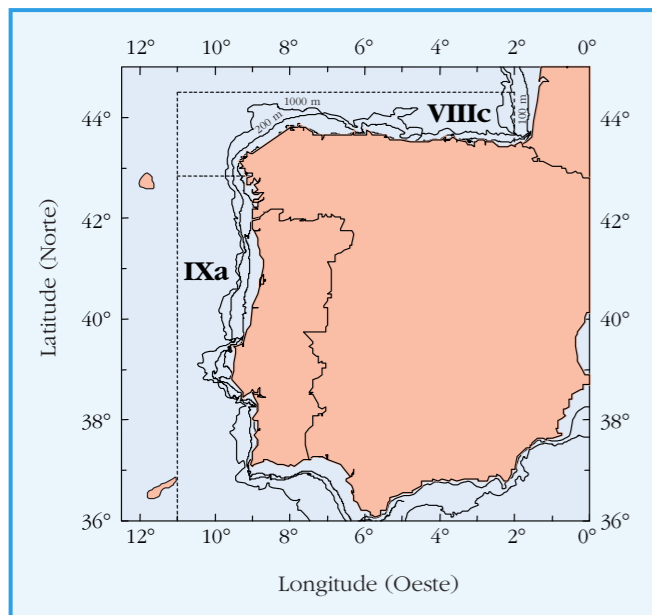


Figura 2 - Divisões VIIIc e IXa do ICES onde se inclui a costa continental portuguesa.

A mortalidade por pesca (Fig. 3) atingiu o máximo em 1995 e tem vindo a diminuir, embora esteja ainda próxima do valor limite, isto é, o valor a partir do qual o stock corre sérios riscos de colapso.

A evolução do recrutamento apresenta-se na figura 4 para o período de 1982 a 2003. Este foi alto em 1984 (116 milhões de indivíduos), tendo vindo a diminuir progressivamente até 2000, mostrando desde aí uma ligeira recuperação.

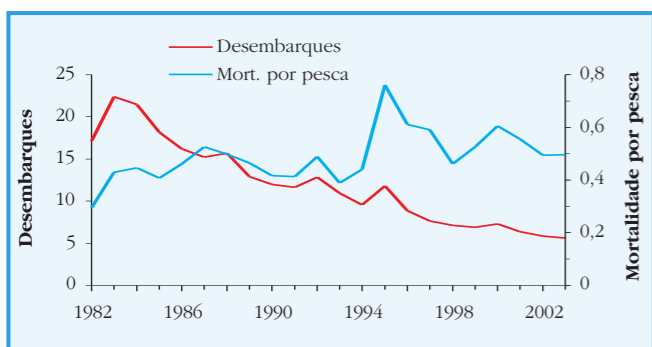


Figura 3 - Desembarques (mil t) e mortalidade por pesca do stock sul de pescada.

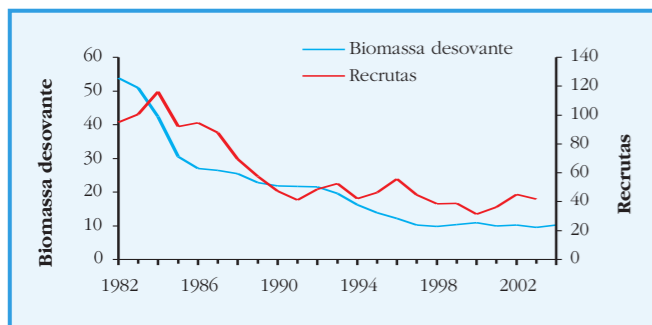


Figura 4 - Biomassa desovante (mil t) e milhões de recrutas do stock sul de pescada.

A biomassa desovante diminuiu acentuadamente entre 1982 e 1986 e tem-se mantido a um nível muito baixo nos últimos anos. Desde 1997 é inferior, em mais de 50 %, à média verificada entre 1982 e 2004 (22 mil t) (Fig. 4).

Baseado nas estimativas da biomassa desovante e da mortalidade por pesca, o ICES considera que este stock tem uma capacidade de reprodução reduzida e está em risco de ser explorado de forma insustentável.

De modo a assegurar o restabelecimento do tamanho do stock, o ICES recomendou que deveria ser posto em prática um plano de recuperação que se encontra em fase de desenvolvimento.

No entanto, este stock beneficia já de medidas de protecção a saber: a proibição de arrastar nas águas galegas da Corunha até Cedeira, de 1 de Outubro a 31 de Janeiro, e nas águas portuguesas de Milfontes a Arrifana, de 1 de Dezembro até ao último dia de Fevereiro, e ainda o tamanho mínimo de desembarque (27 cm).

Para 2005, a UE aprovou uma Captura Total Admissível (TAC) de 5968 t para este stock, cabendo a Portugal a quota de 1782 t.

LAGOSTIM (*Nephrops norvegicus*)

O estado de exploração do lagostim continua a ser motivo de preocupação devido sobretudo à pesca intensiva que se tem vindo a exercer sobre este recurso, particularmente nos pesqueiros tradicionais das costas alentejana e algarvia.

O lagostim encontra-se acessível ao arrasto a partir do segundo ano de vida – idade de recrutamento.

De acordo com os conhecimentos actuais da distribuição da espécie, na área de gestão IXa do ICES consideram-se 5 unidades funcionais (UF): oeste da Galiza (UF 26), norte de Portugal (UF 27), sudoeste de Portugal (costa alentejana – UF 28), sul de Portugal (costa algarvia – UF29) e golfo de Cádiz (UF 30).

No Grupo de Trabalho de Lagostim do ICES, a avaliação é feita, conjuntamente, para as UF 26 e 27 e para as UF 28 e 29. No entanto, com o actual sistema de quotas, o TAC engloba toda a Divisão IXa.

A pescaria espanhola desenvolve-se nas UF 26, 27 e 30. A pescaria nas UF 28 e 29 é exercida pela frota portuguesa de arrasto de crustáceos, entre 200 e 750 m de profundidade.

Nos últimos anos os desembarques têm diminuído em toda a Divisão IXa.

No que se refere especificamente às UF 28 e 29 (Fig. 5) registou-se um ligeiro aumento dos desembarques decorrente de um maior esforço de pesca. Desde a década de 90 que o número de arrastões se tem mantido (35). No entanto, a partir do final da década, algumas embarcações foram substituídas por outras mais bem equipadas e mais potentes. A mortalidade por pesca (Fig. 5) é maior para machos do que para fêmeas, uma vez que estas se escondem em galerias de Setembro até Fevereiro, época em que transportam os ovos.

A biomassa desovante, tanto para machos como para fêmeas, tem apresentado uma tendência decrescente (Fig. 6). O recrutamento também tem diminuído, para ambos os sexos, embora tenha estabilizado nos últimos anos (Fig. 6).

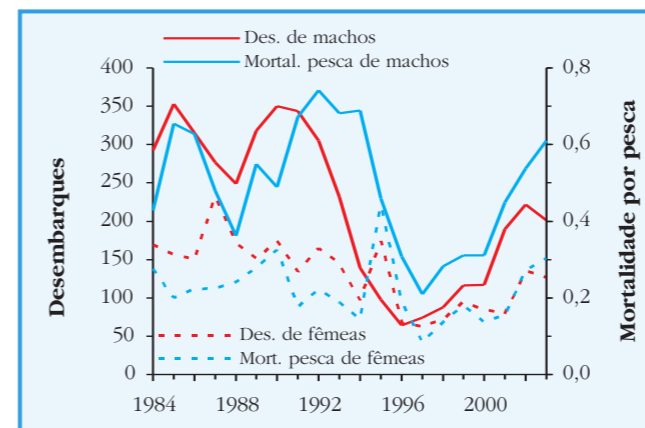


Figura 5 - Desembarques (t) e mortalidade por pesca de machos e fêmeas de lagostim nas UF 28 e 29.

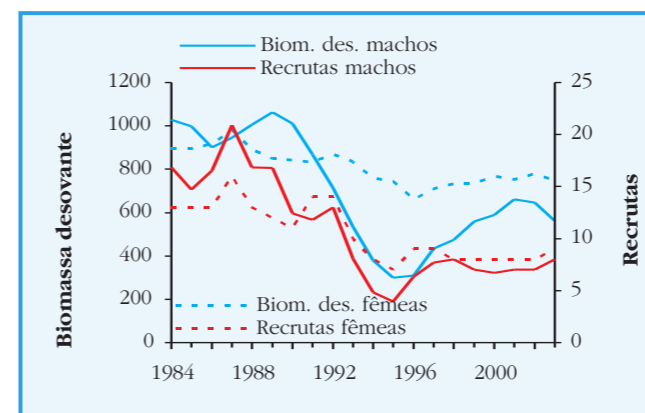


Figura 6 - Biomassa desovante (t) e nº de recrutas (mil) dos machos e das fêmeas de lagostim nas UF 28 e 29.

Visto que a pescaria desta espécie é mista, a proposta de um TAC zero nestes stocks pode não ser possível, recomendando assim o ICES a aplicação de medidas técnicas urgentes, que podem assumir a forma de áreas e/ou épocas de interdição à pesca.

Para 2005, a UE aprovou um TAC de 540 t para toda a Divisão IXa do ICES, cabendo a Portugal uma quota de 405 t.

O plano de recuperação para o lagostim proposto pelo STECF ainda não foi aprovado pela UE.

CARAPAU (*Trachurus trachurus*)

O carapau é capturado nas águas atlânticas da Península Ibérica pelas frotas portuguesa e espanhola de arrasto de fundo e de cerco (principalmente juvenis) e também, em menor percentagem, por anzóis e redes de emalhar, no declive da plataforma. Sendo estes arrastões os mesmos que capturam pescada e outras espécies demersais e as traineiras as mesmas que pescam sardinha, a mortalidade por pesca do carapau é controlada pelas restrições impostas a estas pescarias.

O grupo de trabalho do ICES que avalia o estado do stock de carapau, baseando-se na distribuição da pescaria e dos ovos, tem considerado o carapau do Nordeste Atlântico dividido em três stocks: do mar do Norte, do oeste e do sul. Considerava-se que o stock sul abrangia as Divisões VIIIc e IXa do ICES, fazendo a costa portuguesa parte desta última.

No entanto, em 1999 foi posto em prática um projecto de investigação financiado pela UE que tinha como objectivo, entre outros, o de identificar os vários stocks de carapau. Este projecto mostrou que existiam de facto três stocks, mas que a separação entre o stock oeste e o stock sul se deveria fazer junto ao cabo Finisterra (43° N) e não junto ao Cabo Bretão, como tinha vindo a ser feito. A separação a sul deste stock não se encontra bem definida, devido à falta de dados relativos a Marrocos.

Na figura 7 apresentam-se os desembarques referentes ao stock sul, sendo os dados de 1984 a 2003 estimativas do grupo de trabalho. De 1963 a 1990, as capturas espanholas na área não estão ainda disponíveis, considerando a nova separação dos stocks. Do mesmo modo, de 1991 a 2001 as capturas espanholas na parte sul da Divisão IXa (Golfo de Cádiz) não foram também consideradas.

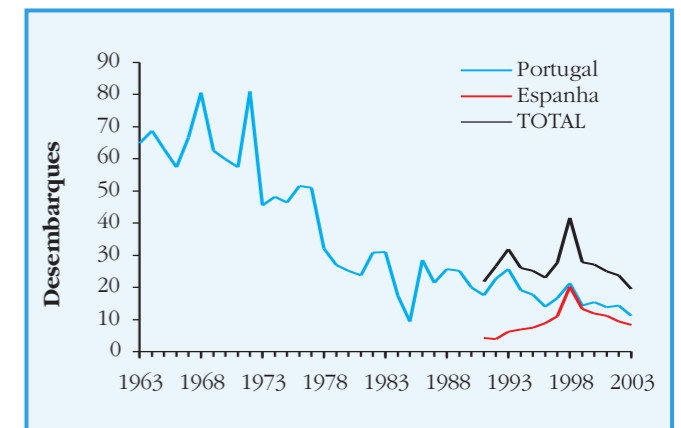


Figura 7 - Desembarques (mil t) do stock sul de carapau por país na Divisão IXa do ICES.

Em 1968, os desembarques portugueses atingiram 80 mil toneladas, mas em 1985 não chegaram a 9,5 mil toneladas e, em 2003, situavam-se em 11 mil toneladas.

O ICES recomendou, face ao aparente estado do stock e ao padrão de exploração, que o esforço de pesca não aumentasse e que as capturas não excedessem a média recente (2000-2002) de 25 000 t (apenas *Trachurus trachurus*). Neste cálculo da média das capturas recentes, o ano de 2003 não foi incluído, uma vez que, devido ao acidente do “Prestige”, a pesca esteve interdita na costa espanhola durante algum tempo.

A UE aprovou, para 2005, um TAC de 55 000 t, para as três espécies do género *Trachurus* (*T. trachurus*, *T. picturatus* e *T. mediterraneus*) que se capturam nas Divisões VIIIc e IX do ICES, cabendo a Portugal uma quota de 25 036 t. Apenas 5 % deste total pode ser constituído por carapaus entre 12 e 14 cm.

SARDINHA (*Sardina pilchardus*)

Nas costas atlânticas da Península Ibérica a sardinha é capturada, essencialmente, pelas frotas de cerco portuguesa e espanhola. A avaliação do estado deste recurso tem sido feita considerando um stock único nesta região, denominado stock Ibero-Atlântico (Divisões VIIIc e IXa do ICES). Para precisar esta questão o IPIMAR, em parceria com outros Institutos europeus, desenvolve estudos no sentido de conhecer melhor a ecologia, distribuição e migrações desta espécie.